

TERMO DE CONTRATO DE ATENÇÃO DOMICILIAR À SAÚDE



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE
GRUPO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/COMANDO DA AERONÁUTICA/ GRUPO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE
CONTRATADO: MULTICARE SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA
OBJETO: Prestação de serviços de assistência médico-hospitalar em Serviços de Atendimento Domiciliar (SAD).
NATUREZA: Ostensiva.
VIGÊNCIA: até 5 anos prorrogável por até 10 anos.
VALOR ESTIMADO: R\$ 1.000.000,00 (Anual)
REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por preço unitário.
PROCESSO Nº: 67261.000350/2026-13
CONTRATO Nº: CRED001/GSAU/2026

A União, entidade de direito público interno, por intermédio da **BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE** - Grupo de Saúde de Campo Grande (GSAU-CG), órgão do Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica, com sede na Av. Duque de Caxias, 2905 – Bairro Santo Antônio – Campo Grande-MS, CEP 79101-900, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.429/191-20, representada neste ato pela sua Ordenadora de Despesas, **FABIANA MAGALHÃES DOS SANTOS** Ten Cel Int, doravante denominada CREDENCIANTE, e de outro lado a **MULTICARE SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **19.408.428/0001-04**, neste ato denominada CREDENCIADA, têm entre si justo e contratado, nos termos da legislação infraconstitucional constante do Edital de Credenciamento, que integram o presente Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto.

1 A finalidade deste Contrato é garantir, aos militares da ativa, da reserva ou reformados, pensionistas e seus dependentes e Servidores Cíveis da Força Aérea Brasileira (ativos e inativos) e dependentes diretos e indiretos, nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de Organizações Cíveis de Saúde (OCS) Especializadas em atenção domiciliar à saúde na(s) modalidade(s) de Assistência Domiciliar (Suporte Básico), Internação Domiciliar, Procedimentos de Enfermagem, Gerenciamento de casos crônicos, incluindo treinamento de cuidador/acompanhante, central de atendimento telefônico, com médicos e enfermeiros capacitados para o atendimento domiciliar de urgência, serviço de urgência/emergência 24 (vinte e quatro) horas, inclusive com remoção, transporte em ambulância, honorários médicos, de fisioterapeutas (motora e/ou respiratória) e de outras especialidades necessárias à prestação do serviço de atenção domiciliar à saúde, nos termos abaixo delimitados:

1.1 As equipes multidisciplinares de atenção domiciliar à saúde dever ser constituídas por médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, nutricionista, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, assistente social e psicológico, necessário à prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital.

2 Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 5/2025, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do fundamento legal.

3. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, caput e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução.

- 4 As condições gerais de execução dos serviços constam do edital de credenciamento, observadas as regras especiais abaixo registradas:
- 4.1 O Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) engloba as ações de promoção à saúde, prevenção, tratamento de doenças e reabilitação desenvolvidas em domicílio. As atividades de atenção básica de saúde prestadas em domicílio podem ser em tempo integral ou em caráter ambulatorial.
- 4.2 O critério para admissão do paciente no SAD e a modalidade de prestação de serviço ficará a cargo do Serviço de Auditoria de Internação Domiciliar do Grupo de Saúde de Campo Grande (GSAU-CG), desde que esteja enquadrado na lista referencial existente no contrato, conforme anexo M deste Edital.
- 4.3 O paciente sob os cuidados do SAD deverá ser acompanhado por uma equipe multidisciplinar.
- 4.4 O SAD não se destina exclusivamente ao fornecimento de materiais descartáveis e medicamentos.
- 4.5 Na prescrição médica deverá constar a descrição legível, sem rasuras, das medicações, infusões por via parenteral e materiais com suas quantidades.
- 4.6 A equipe de enfermagem deverá, obrigatoriamente, registrar de forma legível e sem rasuras, na folha de evolução de enfermagem, a data e o horário do atendimento, evolução clínica, cuidados prestados, materiais, equipamentos e gases medicinais utilizados. Na folha de prescrição médica deverão estar checados, sem rasuras, as medicações, soluções e gases.
- 4.7 Importante salientar que a implantação do Atendimento Domiciliar não é considerada caráter de urgência. Deve-se respeitar a concretização de todos os requisitos e passos necessários para evitar-se crescimento de riscos, geração de conflitos e ocorrência de falhas técnicas e burocráticas.
- 4.8 O Serviço de Auditoria competirá realizar os contatos com a equipe multiprofissional do CONTRATADO para eventuais alterações no Plano Terapêutico de Cuidados em Domicílio proposto, respeitando os preceitos éticos estabelecidos por parte do Conselho Federal de Medicina;
- 4.9 A Atenção Domiciliar à Saúde terá prazo determinado, quase sempre é temporária e pode ter sua abrangência e jornadas reduzidas, podendo, entretanto, no decorrer do período inicialmente estabelecido sofrer alterações, em consequência da evolução/necessidades clínicas do paciente e adesão deste e de seu grupo familiar à assistência oferecida;
- 4.10 O Serviço de Auditoria do Grupo de Saúde de Campo Grande procederá a reavaliação periódica dos casos de Atenção Domiciliar à Saúde, com a finalidade de deliberar sobre a necessidade ou não da continuidade desse tipo de atendimento;
- 4.11 O CONTRATADO deverá realizar os treinamentos necessários aos cuidadores/acompanhantes dos pacientes a serem assistidos pela atenção domiciliar à saúde.
- 4.12 O CONTRATADO se obriga a apresentar ao CONTRATANTE a relação dos profissionais que integram sua equipe multidisciplinar de atenção domiciliar à saúde, com seus respectivos registros nos conselhos de classe, cadastrados e autorizados por parte do CONTRATADO para atender aos beneficiários deste contrato nas respectivas profissões e especialidades:
- 4.12.1 O CONTRATADO obriga-se a manter atualizada a relação acima indicada; e
- 4.12.2 Quando a equipe multidisciplinar do CONTRATADO for constituída, em parte ou no seu todo, por meio de cooperativa vinculada, esta deverá apresentar a relação acima descrita, cumpridas as formalidades postas, diretamente para o CONTRATANTE.
- 4.13 Os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional da própria Organização Civil de Saúde, entendendo-se como:
- 4.13.1 O membro do Corpo Clínico do CONTRATADO;
- 4.13.2 O que tenha vínculo de emprego com o CONTRATADO; e
- 4.13.3 O autônomo que presta serviço ao CONTRATADO.
- 4.14 Equipara-se ao subitem 4.13.3, o profissional de saúde integrante de pessoa jurídica que exerça atividades na área de saúde, em caráter regular, nas instalações do CONTRATADO.
- 4.15 A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de pelo menos um dos membros da equipe de Auditores do CONTRATANTE às dependências do CONTRATADO e no domicílio do paciente, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes, assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.
- 4.16 O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, documentos médico-legais, justificativas para exames, lista de pacientes internados e quaisquer outros documentos pertinentes segundo as normas de regulamentação vigentes.
- 4.17 A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado em Boletim Interno do Comando da Aeronáutica. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.
- 4.18 O Serviço de Auditoria do Grupo de Saúde de Campo Grande (GSAU-CG) possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento.

- 5 Os serviços e as diárias de internações domiciliares incluirão os procedimentos de Atenção ao paciente, segundo descrito neste contrato, e serão remunerados com base nos valores constantes da Lista Referencial de Procedimentos de Atenção Domiciliar à Saúde, Anexo M do Edital.
- 6 A diária de internação domiciliar será contada do dia imediato ao da internação, incluindo dia da alta.
- 7 Os valores referentes a locações mensais terão cobrança pró-rata, conforme o número de dias da internação domiciliar.
- 8 A Lista de Materiais Descartáveis não cobertos pelo FUNSA e, portanto, não aceitos para apresentação em cobranças nas faturas, consta na Lista Referencial de Procedimentos de Assistência Domiciliar à Saúde, Anexo M do Edital.
- 9 Quando se tratar de diárias, honorários, oxigenioterapia e curativos especiais serão observados os valores e as instruções constantes da Lista Referencial de Procedimentos de Assistência Domiciliar à, Anexo M do Edital.
- 10 O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas quando acompanhado da Guia de Encaminhamento, com a assinatura do beneficiário ou responsável que comprove a prestação do serviço:
- 10.1 No caso de comprovada urgência e (ou) emergência o beneficiário poderá ser atendido independentemente do caso, mediante assinatura de um "Termo de Compromisso" pelo beneficiário ou dependente, se comprometendo a levar a Guia de autorização à CREDENCIADA, no período de até 48 horas, conforme modelo do Anexo V deste Contrato.
- 11 Procedimentos não especificados na(s) Guia(s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.
- 12 Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.
- 13 Para o pagamento de todas as despesas realizadas no SAD, será obrigatório o preenchimento dos seguintes critérios:
- 13.1 Identificação completa e legível do paciente em todos os impressos;
- 13.2 Data, hora do início e término do atendimento;
- 13.3 Assinatura e número do registro no Conselho Profissional de Classe daqueles que efetivamente participaram do atendimento;
- 13.4 Cada profissional que for prestar o seu serviço deverá emitir um relatório técnico detalhando a quantidade diária e semanal do atendimento proposto, devendo o mesmo passar pela análise técnica do Serviço de Auditoria de Internação Domiciliar do Grupo de Saúde de Campo Grande (GSAU-CG) e enviada em anexo a fatura de cobrança;
- 13.5 Será pago apenas 01(um) técnico de enfermagem por paciente;
- 13.6 Caso não haja registro e evolução do atendimento pelo técnico de enfermagem, será motivo de desconto no valor da diária; e
- 13.7 Serão pagos apenas materiais e medicamentos administrados pela CREDENCIADA no período correspondente às horas de assistência ao paciente conforme o pacote abordado, e o fora deste período, somente mediante a prescrição médica e descrição de realização, apresentação de formulário próprio preenchido pelo profissional assistente (observada a sua esfera de competência), com os quantitativos, hora/data de utilização e a assinatura do mesmo.
- 14 O CONTRATADO se obriga a apresentar fisicamente ao CONTRATANTE, entre o 1º (primeiro) e o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, na Célula de Auditoria, a fatura, em 02 (duas) via de igual teor, em nome do Grupo de Saúde da Base Aérea de Campo Grande, anexando todos os comprovantes de despesas, as GABs com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis, a relação de materiais e medicamentos gastos relativos aos atendimentos prestados no mês considerado.
- 14.1 A referida fatura deverá ser composta por:
- 14.1.1 GAB original, devidamente assinada pelo beneficiário/titular ou o respectivo representante legal, sendo vedada a apresentação (anexação) de cópias;
- 14.1.2 Documentos comprobatórios do serviço prestado;
- 14.1.3 MODELO DE CAPA DE FATURA / PROTOCOLO DE ENTREGA e MODELO DE RELATÓRIO DESCRITIVO DA FATURA - ANEXO VI e VII deste Contrato devidamente preenchidas;
- 14.2 A apresentação dos documentos citados nas alíneas anteriores não impede a solicitação de documentos complementares e a verificação in loco das informações/serviços prestados, quando necessário.
- 14.3 O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução;
- 14.4 O CONTRATADO deverá apresentar, separadamente, as faturas de despesas dos beneficiários do FUNSA, de Servidores Cíveis, e dos pacientes que evoluíram ao óbito;
- 14.5 O CONTRATADO deverá apresentar as faturas, acompanhadas dos controles diários dos atendimentos dispensados aos pacientes internados, conforme os modelos que seguem anexados a este contrato:
- 14.5.1 ANEXO I: Controle de Atendimento de Assistência Domiciliar à Saúde;
- 14.5.2 ANEXO II: Controle de Atendimento da Equipe de Enfermagem de Plantão de Assistência Domiciliar à Saúde; e
- 14.5.3 ANEXO III: Controle de Materiais/Medicamentos de Assistência Domiciliar à Saúde.
- 14.6 Todos os documentos que compõem o processo de Atendimento Domiciliar, devem ser originais, não sendo aceitas as cópias para formalização do mesmo.
- 14.7 O CONTRATANTE restituirá a documentação acima citada, se a mesma apresentar rasuras, incorreções ou outros vícios de forma em até 15 (quinze) dias do respectivo protocolo; e

14.8 Aceita a documentação, dentro do prazo acima fixado, a mesma será recebida por meio de termo circunstanciado assinado pelas partes.

15 O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o edital.

15.1 A Célula de Auditoria possuirá o prazo de 30 dias, contado a partir do término do prazo;

15.2 O CONTRATADO poderá interpor pedido de reconsideração, nos termos do art. 165, II, da Lei nº 14.133, de 2021, contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis;

15.3 Caso o recurso de glosa não seja julgado precedente a CREDENCIANTE informará o resultado a CREDENCIADA e arquivará a documentação, mantendo a glosa e realizando o pagamento apenas da fatura ou itens da fatura que julga precedente.

CLÁUSULA SEXTA – Da atualização dos preços

16 O critério de atualização dos preços contratados consta do Capítulo 9 “DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS” do edital de credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência.

17 O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 5 (cinco) anos contados de sua assinatura, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária

18 Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato serão os seguintes:

18.1 Para OCS: serão suportados no programa 2108 (Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa), Ação Orçamentária 2004 (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados Públicos, Militares e seus Dependentes), Fonte 1005000140, natureza de despesa 3.3.90.39.00 (Pessoa Jurídica).

18.2 Para PSA: serão suportados no programa 2108 (Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa), Ação Orçamentária 2004 (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados Públicos, Militares e seus Dependentes), Fonte 1005000140, natureza de despesa 3.3.90.36.00 (Pessoa Física).

CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil.

19 A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

20 A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

21 O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções.

22. As sanções aplicáveis previstas na Seção 12 – “DAS SANÇÕES” - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão.

23. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 – “DA RESCISÃO” - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante.

24. As obrigações constam da Seção 10 – “OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE” – do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado.

25. As obrigações constam da Seção 11 – “OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS” – do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da negação de remuneração a militares.

26 O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da subcontratação.

- 27 É permitida a entidade contratada subcontratar parte dos serviços objeto deste Contrato.
- 28 O subcontratado deverá preencher os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, postos no Edital.
- 29 A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto subcontratado.
- 30 É vedado o CONTRATADO subcontratar a totalidade do objeto, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 554/2005 – Plenário; Acórdão nº 247/2005 Plenário; e, Decisão 351/2002 – Plenário, caso líder).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do valor do contrato.

- 31 O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos doze meses pelo Grupo de Saúde de Campo Grande, nos contratos anteriores.
- 31.1 O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato;
- 31.2 O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período, em consonância com o regime de empreitada por preço unitário;
- 31.3 O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, observado que inexistirá expectativa de direito quanto ao valor estimado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Obrigações pertinentes à LGPD

- 32 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 33 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 34 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 35 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 36 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 37 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 38 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 39 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 40 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 41 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 41.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 42 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

43 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do foro.

44 O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o de Campo Grande/MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

45 E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Campo Grande/MS, 27 de janeiro de 2026.

Pelo **CONTRATANTE**:

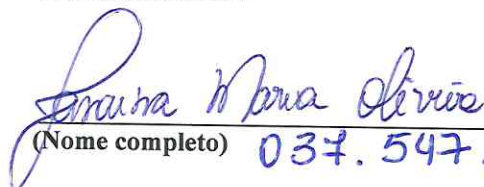
FABIANA MAGALHÃES DOS SANTOS Ten Cel Int - Ordenadora de Despesas
DOUGLAS DE OLIVEIRA DA LUZ Cap Int - Agente de Controle Interno

Pelo **CONTRATADO**:



CLEITON PONCE EMILIANO - Representante legal
Empresa: MULTICARE SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA - CNPJ: 19.408.428/0001-04

TESTEMUNHAS:


(Nome completo) 037.547.291-60


(Nome completo) 889.383.601-72



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE
GRUPO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE

CONTROLE DE ATENDIMENTO DE ASSISTÊNCIA DOMICILIAR À SAÚDE

Mês: _____

Paciente: _____

FISIOTERAPIA (*)	Data	Assinatura do Paciente / Responsável

(*) Preencher uma planilha para cada especialidade de atendimento, inclusive médico, supervisão de enfermagem e outros.

Assinatura do Médico Cadastrado



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE
GRUPO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE

**CONTROLE DE ATENDIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DE PLANTÃO DE ASSISTÊNCIA
DOMICILIAR À SAÚDE**

Mês de referência: _____

Nome do Paciente: _____

Equipe de Enfermagem (Identificação do profissional)	Período de Atendimento			Assinatura do Responsável
	Noite/Dia	Data	Horário	

Assinatura do Supervisor de Enfermagem



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE
GRUPO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE

**CONTROLE DE ATENDIMENTO MATERIAIS / MEDICAMENTOS DE ASSISTÊNCIA DOMICILIAR À
SAÚDE**

Mês: _____

Nome do Paciente: _____

Descrição do Material/Medicamento	Data	Quantidade	Assinatura do Paciente / Responsável

Assinatura do Supervisor de Enfermagem



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE
GRUPO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE

TABELA DE GLOSA DO FUNSA

1	Atendimento não caracterizando urgência	41	Material incluso no procedimento
2	Acomodação acima da autorizada	42	Material não coberto (ver relação anexa)
3	Atendimento por médico militar	43	Material não justificado para o caso
4	Cobrança de mais de 30% em dia e hora normais	44	Material não utilizado
5	Cobrança de 30 % não caracterizado urgência ou emergência	45	Material reutilizável – pagamento parcial
6	Consulta inclusa no procedimento cirúrgico	46	Medicação não considerada de urgência
7	Curativo incluso no procedimento cirúrgico	47	Medicação em desacordo com a prescrição
8	Data de atendimento fora da sequência na planilha	48	Medicação em excesso
9	Data de atendimento fora da competência	49	Medicação não justificada para o caso
10	Diagnóstico ilegível	50	Medicação não prescrita
11	Diárias em excesso	51	Medicação não utilizada
12	Diárias fora da tabela acordada	52	Medicamento acima do preço de mercado
13	Documento sem assinatura/ carimbo do médico assistente	53	Medicamento não coberto
14	EPI de responsabilidade do prestador	54	Medicamento suspenso
15	Especialidade não autorizada	55	Paciente não é beneficiário FUNSA
16	Evento incluso no pacote acordado	56	Prescrição médica em rasura ou ilegível
17	Evento que não comporta cobrança	57	Prestador descredenciado
18	Exame não prevê cobrança contraste	58	Procedimento/exames em excesso
19	Exame sem laudo	59	Procedimento/exame incompatível com o diagnóstico
20	Exames/procedimentos não requisitados	60	Procedimento/exame em duplicidade
21	Falta de discriminação dos serviços executados	61	Procedimento/exame não coberto
22	Falta do registro de evolução médica e/ou de enfermagem	62	Procedimento/exame não realizado
23	Fatura sem separar	63	Prontuário/ficha/boletim ilegível
24	Filme –cobrança em desacordo com CBR	64	Prontuário/ficha/boletim rasurados
25	Guia/Ofício de encaminhamento ilegível	65	Retorno de consulta
26	Guia/Ofício de encaminhamento sem assinatura do paciente ou responsável	66	SADT/exames fora da tabela acordada
27	Guia autorizada para outro prestador	67	Sem autorização para procedimento ou exame
28	Guia de encaminhamento fora da validade	68	Sem diagnóstico
29	Guia não autorizada pelo FUNSA	69	Sem guia/ofício de encaminhamento
30	Guia autorizada para outro beneficiário	70	Solicitação médica com data rasurada
31	Guia autorizada para outro procedimento	71	Solicitação com data posterior ao exame
32	Guia sem carimbo de autorização	72	Solicitação médica com data vencida
33	Guia/Ofício de encaminhamento carbonados ou fotocopiados	73	Solicitação médica sem data
34	Honorários médicos fora da tabela ou em excesso	74	Soma errada – cálculo
35	Justificar cobrança	75	Taxas fora da tabela acordada
36	Material ou medicamento adquirido por familiar a seu critério	76	Taxas indevidas ou em excesso
37	Material acima do preço de mercado	77	Visita hospitalar em duplicidade
38	Material de alto custo sem nota fiscal	78	Visitas inclusas no procedimento cirúrgico
39	Material em excesso	79	Visita de especialista sem autorização prévia

ANEXO V ao Termo de Contrato de OCS Especializadas em Assistência Domiciliar à Saúde



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE
GRUPO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE

TERMO DE COMPROMISSO PARA ENTREGA DA GUIA DE ENCAMINHAMENTO

Nome do titular: _____
Nome do beneficiário (paciente): _____
SARAM: _____
Procedimento / Atendimento realizado: _____
Data do atendimento: ____/____/____ Hora de admissão: ____/____/____
Telefone de contato do responsável: _____

Declaro que fui atendido (a), em caráter de URGÊNCIA e ou EMERGÊNCIA pelo Hospital _____, e me comprometo a comunicar o Grupo de Saúde da Base Aérea de Campo Grande e, até 48 (quarenta e oito) horas ou 2 (dois) dias úteis, a contar da data do atendimento, e providenciar a Guia de Encaminhamento de Beneficiário (GAB). A GAB devidamente assinada será entregue ao Hospital / Empresa Credenciada.

Estou ciente que o não cumprimento deste termo acarretará o pagamento integral das despesas realizadas ao Hospital / Empresa Credenciada, conforme NSCA 160-7 "Assistência Complementar do Sistema de Saúde da Aeronáutica":

6.1.4.1 Excetuando-se os casos de urgência/emergência justificada, o uso da rede credenciada sem autorização formal e prévia da OC responsável será caracterizado como livre escolha pelo beneficiário/ responsável pelo paciente, situação em que o COMAER fica desincumbido da responsabilidade de arcar com as despesas que decorrerem desse uso.

Assinatura do beneficiário titular

A ser preenchido pelo Hospital / Empresa Credenciada

Data limite para a troca do tempo para apresentação da GAB assinada: ____/____/____

Sr. Beneficiário, a troca somente será realizada dentro do prazo estabelecido acima.

Assinatura da recepcionista responsável pelo atendimento (legível)

OBS.: O hospital / empresa ficará com o termo original e o beneficiário/titular ficará com a cópia a ser trocada



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE
GRUPO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE

MODELO DE CAPA DE FATURA / PROTOCOLO DE ENTREGA

Planilha de Informações dos Atendimentos realizados através de GAB / Protocolo de Entrega				
Razão Social:			CNPJ:	
Nome Fantasia:				
Mês e ano de Competência:				
	GAB	Nome do Beneficiário	Data do atendimento	Valor apresentado (TOTAL DA GAB)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
#				
#				
#				
#				
#				
#				
#				
VALOR TOTAL DA FATURA (SOMATÓRIO DE TODAS AS GABS APRESENTADAS)				



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE
GRUPO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE

MODELO DE RELATÓRIO DESCRITIVO DA FATURA

Relatório Descritivo de Fatura					
Número da GAB					
Nome do Beneficiário:					
Mês de Competência:					
	Código do item	Descrição do Item	Quantidade	Valor unitário do item	Valor total do item
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
VALOR TOTAL APRESENTADO (DA GAB)					

Identificação do Responsável pelo preenchimento da Planilha:
Telefone de Contato do Responsável pelo preenchimento da Planilha:

Assinatura e identificação do Responsável Técnico



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	24 - TERMO DE CONTRATO DE ATENCAO DOMICILIAR A SAUDE MULTICARE
Data/Hora de Criação:	30/01/2026 13:32:56
Páginas do Documento:	13
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	14
Hash MD5:	1d1120c965249bdd25546e9a66781749
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten EDINEIA RAMOS DIAS FRIAÇA no dia 04/03/2026 às 09:51:58 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int FABIANA MAGALHÃES DOS SANTOS no dia 10/03/2026 às 12:17:21 no horário oficial de Brasília.